

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

Edição Quadrimestral | volume 2 | edição nº 1 | 2013

*História, Instituições e Rentismo: Entraves ao
Desenvolvimento Econômico Venezuelano*

Ademil Lucio Lopes

 **Igepri**
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 **unesp**
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal of International Relations (BJIR) está indexada no *International Political Science Abstracts (IPSA)*,
EBSCO Publishing e *Latindex*

História, Instituições e Rentismo: Entraves ao Desenvolvimento Econômico Venezuelano

Ademil Lucio Lopes¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir os principais entraves enfrentados pela economia venezuelana em superar sua excessiva dependência em relação à renda petrolífera. A partir de um enfoque histórico e institucional da sua economia, o artigo mostra que os arranjos institucionais construídos no país ao longo do tempo, essencialmente, incentivaram a lógica rentista dos atores sociais, de empresários a sindicatos. Esse legado institucional do país construído sobre a dependência do petróleo e a lógica rentista permaneceu no governo Chávez.

Palavras chave: Venezuela, rentismo, Chávez, instituições, desenvolvimento econômico.

History, institutions and rent-seeking: Venezuelan barriers to economic development

Abstract: This paper aims to present and discuss the main obstacles faced by the Venezuelan economy to overcome its excessive dependence on oil revenues. From a historical and institutional focus of its economy, this article shows that institutional arrangements built in the country over time essentially encouraged the rentier logic of social actors, from entrepreneurs to unions. This institutional legacy built on the country's dependence on oil and rentier logic remained on the Chavez government.

Keywords: Venezuela, rent-seeking, Chavez, institutions, economic development.

¹ Economista e Doutor em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras - UNESP- Universidade Estadual Paulista - Campus - Araraquara- SP-Brasil. Email:aluciolopes@terra.com.br.

INTRODUÇÃO

O governo de Hugo Chávez sempre teve como objetivo principal, a refundação do Estado venezuelano. Através de um processo de elaboração de uma nova constituição e baseando-se numa retórica nacionalista e bolivariana, pretendia transformar a estrutura econômica venezuelana, com o objetivo de superar o caráter rentista da economia do país.

Após a elaboração da nova constituição e depois das inquestionáveis vitórias eleitorais do governo sobre a oposição, Chávez e seu grupo passaram a controlar a maior parte dos recursos de poder na Venezuela, além de contar com a forte recuperação dos preços do petróleo. Essa situação política e econômica favorável possibilitou ao governo introduzir uma série de mudanças na economia venezuelana que consistiram no controle quase completo do Estado sobre a economia do país.

Entretanto, as mudanças no gerenciamento e organização da economia em direção ao chamado socialismo bolivariano do século XXI, apenas aumentaram a dependência da economia venezuelana em relação à renda do petróleo. Tal situação é claramente contraditória, aos objetivos iniciais desse governo, pois, o objetivo expresso foi o de construir uma economia diversificada e menos dependente das exportações de petróleo, contribuindo para a superação dos graves problemas sociais, já que induziria a criação de mais empregos e renda no país.

As dificuldades enfrentadas pelo governo Chávez em transformar efetivamente a estrutura produtiva do país devem ser vistas através da análise histórica do desenvolvimento econômico venezuelano e da atuação dos principais agentes econômicos e sociais nesse processo já que ao longo do tempo, os arranjos institucionais construídos na Venezuela apenas sancionaram - ações e estratégias - por parte dos atores que reforçaram e bloquearam qualquer mudança no modelo rentista. Essa situação se reproduz atualmente, entretanto, comandada agora por uma nova elite política que passou a controlar a distribuição dos recursos petrolíferos.

O presente artigo busca discutir os entraves institucionais ao desenvolvimento do setor produtivo venezuelano a partir de uma análise histórica na qual destaca-se como ao longo do tempo foi consolidado no país todo um arranjo institucional que incentivou a adoção de um conjunto de estratégias por parte dos agentes econômicos, voltadas à extração de parte dos recursos provenientes das exportações de petróleo por meio do desenvolvimento de relações clientelistas e patrimonialistas com o Estado. Além disso, também é discutido se todas as

mudanças empreendidas nesse governo foram suficientes para que país rompesse com esse legado institucional e dessa forma passasse a ter condições de efetivamente desenvolver seu setor produtivo e superar definitivamente o caráter rentista de sua economia.

O artigo está dividido em cinco seções. A primeira apresenta de forma sintética o conceito de instituições e a importância da existência de instituições políticas e econômicas adequadas que favoreçam o desenvolvimento sócioeconômico de um país. Na segunda seção são apresentadas as relações estabelecidas entre o Estado venezuelano e o setor produtivo privado, caracterizadas fundamentalmente pelo clientelismo e patrimonialismo, durante os governos ditatoriais que dominaram o poder entre os primeiros anos do século passado até 1958 e, posteriormente durante a vigência do sistema político instaurado com o pacto de *Punto Fijo*. As políticas de desenvolvimento do governo Chávez, as principais mudanças adotadas na economia e as relações desenvolvidas entre esse governo e o setor produtivo venezuelano são o assunto da terceira seção. Em sua quarta seção, o artigo apresenta importantes aspectos das mudanças empreendidas pelo governo Chávez que apresentam similaridades com governos anteriores, em especial com o governo de Carlos Andrez Perez após o choque do petróleo em 1973. A quinta seção apresentada as considerações finais.

1 INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Segundo North (1990), as ações efetuadas pelas organizações e pelos demais atores sociais vão depender da estrutura de incentivos fundamentada pelas instituições existentes. Elas determinam as ações produtivas ou improdutivas dos agentes, pois definem a existência de uma estrutura adequada de incentivos para determinada atividade. Portanto, deve-se considerar que as instituições e os mecanismos de incentivos e constrangimentos a determinadas ações e decisões humanas são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento econômico e que as idiosincrasias do ambiente institucional historicamente enraizado influenciam as decisões, escolhas dos indivíduos e a forma como são resolvidos os problemas empresariais e contratuais (Enderle e Guerrero, 2008).

Ponde (2005) considera que de forma geral as diversas definições existentes de instituições têm como elemento comum a ideia de que elas estão atreladas a algum tipo de regularidade de comportamento ou a uma estrutura subjacente que gere esta regularidade.

As instituições criadas são responsáveis por uma série de recompensas e incentivos políticos e econômicos que podem não favorecer as atividades produtivas, pois estas possibilitam um retorno baixo em relação à obtenção de rendas por parte dos agentes que dominam as instituições políticas (Przeworski, 2005). Dessa forma, o ambiente institucional não necessariamente induz os agentes econômicos a ações que favoreçam o desenvolvimento econômico.

Os ambientes institucionais que não propiciam os incentivos adequados ao desenvolvimento econômico e social se caracterizam pela existência de insegurança jurídica, desrespeito aos direitos de propriedade, não cumprimento dos contratos estabelecidos e patrimonialismo, caracterizado fundamentalmente pela concessão de monopólios e favores aos grupos próximos ao governo.

Segundo Acemoglu e Robinson (2012), o nível de desenvolvimento sócioeconômico de um país depende fundamentalmente do modo como as instituições, tanto econômicas quanto políticas, geram incentivos para as empresas, indivíduos e políticos. As diferentes sociedades têm o seu funcionamento regulado por um conjunto de regras econômicas e políticas criadas e implantadas pelo Estado e pelos cidadãos de forma conjunta. As instituições econômicas conformam os incentivos econômicos: incentivos para poupar, investir em inovações, educação e etc. Acemoglu e Robinson (2012) consideram também que as instituições econômicas em relação às quais serão submetidos os indivíduos dependem do processo político, sendo o funcionamento desse processo determinado pelas instituições políticas.

As instituições políticas existentes em uma sociedade estabelecem o nível de controle dela em relação aos políticos e a capacidade de influenciar seu comportamento, esse aspecto é fundamental, pois no campo político é que são determinadas as regras que balizarão a atuação dos agentes econômicos e sociais. Nesse sentido, são as instituições políticas que definem quem são os detentores do poder e para quais fins ele pode ser utilizado. Quando elas geram uma distribuição estreita e irrestrita do poder político em favor de quem o detém, o resultado é a constituição de instituições econômicas que visam o enriquecimento próprio e o aumento de seu poder em detrimento da sociedade. Por outro lado, a distribuição ampla do poder político na sociedade, sendo este também sujeito as restrições e contrapesos, conforma instituições políticas pluralistas. Dessa forma, as instituições políticas pluralistas tendem a formatar um conjunto de instituições econômicas que incorporem as necessidades e reivindicações da sociedade em geral (Acemoglu e Robinson, 2012).

As instituições econômicas resultantes de instituições políticas pluralistas estabelecem um conjunto de estímulos que podem sustentar um ambiente produtivo, promovendo assim o desenvolvimento econômico. Elas incluem necessariamente proteção aos direitos de propriedade privada, respeito aos contratos estabelecidos, sistema jurídico imparcial, democratização do acesso aos recursos produtivos e uma gama de serviços públicos que proporcionem condições igualitárias de oportunidades aos indivíduos em uma sociedade.

2 AS RAÍZES HISTÓRICO-INSTITUCIONAIS DE RENTISMO VENEZUELANO

A exploração do petróleo começou a se transformar na principal atividade produtiva da Venezuela no início da década de 20 do século passado, no governo do general Juan Vicente Gómez², que promoveu uma grande abertura para os investimentos das empresas transnacionais com resultados amplamente favoráveis a elas. Nesse período, os recursos provenientes da produção de petróleo ultrapassaram os de outras importantes atividades produtivas da economia venezuelana até aquele momento: o café, o cacau e algumas outras atividades agrícolas. Dessa forma, a exploração do petróleo, além de promover uma mudança na base produtiva do país, inseriu-o no circuito econômico internacional. No ano de 1921, as exportações de petróleo representavam 8% das exportações totais e 0% dos ingressos fiscais em relação ao total arrecadado, entretanto, já no ano de 1930, o petróleo era responsável por 70% das exportações totais e 50% da arrecadação fiscal, demonstrando claramente uma mudança na base produtiva do país (Lopes, 2011).

A Venezuela foi o país latino-americano que menos sofreu os efeitos da crise de 29 e da grande depressão, pois o preço do petróleo se manteve relativamente estável, diferentemente dos produtos agrícolas exportados pelos demais países da América latina, que

² O governo ditatorial do general Gomez (1899-1935) encerrou décadas de instabilidade política no país. Seu longo governo foi sustentado por um sistema político, que possuía quatro características fundamentais: “Estado forte e concentrador, tendo como suporte uma rede clientelista baseada em favores públicos a agentes privados e tendo, como contrapartida, a obtenção de obrigações e lealdades políticas; inexistência de uma clara distinção entre recursos públicos e privados, além do fato de que os direitos de propriedade foram subordinados aos interesses políticos; carência de instituições que intermediassem as relações entre os setores privados e o setor público do país, permitindo uma maior participação política da sociedade venezuelana, tendo a ditadura bloqueado qualquer possibilidade neste sentido; grande força política dos conglomerados comercial-financeiros em contrapartida a uma grande fragilidade política dos proprietários rurais na Venezuela” (Lopes, p25, 2011) Essas características são importantes, pois elas vão moldar os arranjos políticos e econômicos que vigorarão no país após a emergência dos recursos petrolíferos, além de mostrar a fragilidade do setor produtivo em proteger seus interesses.

sofreram quedas abruptas. O país não teve, então, de enfrentar grandes desvalorizações da moeda, crises cambiais e escassez de divisas, já que o preço do petróleo não sofreu o mesmo grau de deterioração dos produtos agrícolas (Astorga, 2003).

No ano de 1935, ocorreu uma forte desvalorização do dólar, causando a desestruturação do setor agroexportador do país, pois os produtos agrícolas exportados perderam competitividade no mercado externo, do qual dependiam completamente. A participação dos bens transacionáveis não petrolíferos, que, em 1920, representavam 38,3% das exportações totais, não passavam de 16,2% em 1950, praticamente ocasionando o desaparecimento do setor de *tradeables* não petrolífero na Venezuela. Esse processo de desestruturação pelo qual passou esse setor é extremamente relevante, pois teve como consequência a inexistência de qualquer oposição política aos efeitos negativos da apreciação da moeda, resultado do fluxo de dólares provenientes das exportações de petróleo.

Por outro lado, a desvalorização do dólar favoreceu a acumulação de recursos por parte dos interesses ligados à exploração do petróleo, notadamente do Estado venezuelano, que poderia dispor de uma quantidade maior de recursos, já que a valorização do bolívar obrigava as empresas transnacionais que exploravam o petróleo venezuelano a internalizar uma quantidade maior de dólares. Além do Estado, os grupos econômicos que controlavam as importações de bens de consumo na Venezuela, também foram favorecidos.

Nesse momento a economia venezuelana, começou a definir em linhas gerais o seu modelo de desenvolvimento rentista, em que se desenhava um padrão de relações entre o Estado e sociedade venezuelana. O Estado, proprietário das reservas de petróleo, recebia a renda pela sua exploração das empresas multinacionais que detinham as concessões de exploração. Esses recursos provenientes das exportações de petróleo não dependiam do desempenho da economia interna, pois não eram resultado da taxaço do esforço produtivo interno, possibilitando ao Estado grande autonomia em relação ao setor produtivo e a sociedade em geral. Por outro lado, diversos agentes econômicos e sociais lutavam para extrair uma quantidade maior desses recursos em benefício próprio.

Ainda durante o governo do general Gomez, o incremento do volume de receitas propiciadas pela elevação das exportações de petróleo permitiu a manutenção da estrutura de poder autoritária e ditatorial instalada naquele governo, já que não havia a mediação de partidos ou qualquer aparato público institucional com o intuito de estabelecer critérios técnicos ou sociais para a distribuição dos recursos petrolíferos.

Os setores sociais e econômicos privilegiados na distribuição dos recursos petrolíferos foram os que apoiavam politicamente o ditador, proprietários de terras e grupos econômicos ligados às atividades comercial-financeiras. Os recursos foram distribuídos a esses setores por meio de compras governamentais, contratação de serviços, elevados pagamentos de salários e soldos ao funcionalismo público, sendo este grupo formado principalmente por aliados políticos, além de subsídios e crédito barato e concessão de monopólios para os grupos empresariais aliados ao governo.

A própria manutenção da taxa de câmbio valorizada configurou-se também, em um mecanismo importante de distribuição de renda, pois possibilitou o barateamento das importações e a elevação dos ganhos dos setores ligados ao comércio de bens importados (Lopes, 2011).

Durante a década de 40, iniciou-se na Venezuela um importante debate sobre a necessidade de se utilizar os recursos petrolíferos para promover a diversificação da economia do país, internalizando uma estrutura produtiva capaz de atender a maior parte da demanda interna e diminuir a dependência do país em relação ao setor petrolífero e as importações.

Esse debate possibilitou o desenvolvimento de fortes relações econômicas entre o Estado e os principais empresários venezuelanos ligados ao setor produtivo, que então passaram a fazer parte do grupo governante, não apenas devido aos negócios com o governo, como também à ocupação de posições privilegiadas na burocracia estatal, cada vez mais estratégica motivado pelo crescente peso econômico do Estado na economia (Domingo et al., 1994).

Foi adotada uma série de incentivos, como subsídios às atividades industriais, crédito farto e fechamento da economia com o intuito de promover o desenvolvimento do setor industrial. Esses incentivos, aliados à manutenção do bolívar forte e de uma carga tributária quase inexistente sobre o setor produtivo não petrolífero, deveriam possibilitar o desenvolvimento econômico do país. Entretanto, deve-se destacar que os principais favorecidos por esses incentivos foram os tradicionais conglomerados econômicos que já controlavam as atividades comerciais e financeiras e passaram a investir na indústria com o objetivo de se aproveitarem dos incentivos concedidos pelo governo.

Durante a ditadura do general Perez Jimenez (1952-58), foram desarticulados grande parte dos incentivos criados pelos governos anteriores, entretanto, houve aumento dos investimentos industriais em, consequência da união entre o capital privado venezuelano com

empresas estrangeiras atraídas pelo crescimento do consumo, resultado do incremento da renda petroleira. Esses investimentos se concentraram nas atividades de montagens e embalagem de bens industriais, o que não possibilitou a internalização de cadeias produtivas na Venezuela e, não criou nenhuma sinergia ou coordenação com outros setores produtivos.

O Estado venezuelano sob a ditadura de Perez Jimenez era também patrimonialista, dominado pelos interesses do ditador e dos grupos políticos aliados ao seu governo e das empresas multinacionais que exploravam o petróleo na Venezuela.

O fim da ditadura de Perez Jimenez em 1958 permitiu a consolidação da democracia no país, através do pacto político que ficou conhecido como pacto de *Punto Fijo*, que consistiu em um compromisso entre os dois principais partidos políticos do país: Ação Democrática (AD) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), concordaram em formar um governo de coalizão com a repartição dos recursos de poder (cargos ministeriais e públicos) entre si.

Esse novo arranjo político teve o objetivo de construir mecanismos institucionais que propiciassem a obtenção do consenso e cooperação entre os principais partidos políticos venezuelanos com o intuito de obter uma transição segura para a democracia e, posteriormente, consolidar aquele processo. No novo sistema político, os principais partidos signatários do acordo, AD e COPEI, passaram a exercer uma enorme influência não apenas sobre a vida política do país, mas também sobre a economia e a sociedade, constituindo uma verdadeira partidocracia na Venezuela.

Na construção desse novo arranjo político, o principal objetivo dos partidos era obter uma aliança que incorporasse os principais segmentos da sociedade venezuelana de forma a assegurar e consolidar a democracia, principalmente a minoria extremamente poderosa composta pelos setores conservadores das forças armadas, companhias petrolíferas e grupos econômicos tradicionais, que tinham a capacidade de inviabilizar o processo como já tinha ocorrido antes na Venezuela. Dessa forma, buscou-se o consenso através de um sistema político pautado no clientelismo populista que procurou conciliar os interesses das elites sociais e econômicas, diminuindo o espaço para conflitos e contestações que ameaçassem a coalizão política que comandava o país (Di Jonh, 2006).

Os trabalhadores urbanos e a ascendente classe média foram cooptados pelo novo sistema político, mediante o forte aumento do emprego público, que atendeu principalmente a classe média e parte da população mais pobre. Essa foi a solução encontrada pelo sistema político, pois a indústria petroleira, intensiva em capital, gerando poucos empregos em um

país que se urbanizava rapidamente, fatalmente criaria uma situação que poderia ameaçar a estabilidade democrática.

No ano de 1941 o setor privado respondia por 92,9% dos salários pagos e o Estado por 7,1%; entretanto, em 1971, o setor privado respondia por 68,9% e o Estado por 31,1% do total de salários pagos na Venezuela. A elevada participação do Estado no total de salários foi uma das principais formas de transmissão dos recursos petrolíferos para a classe média, por meio do aumento dos empregos públicos (Domingo et al, 1994; Di Jonh, 2006).

Em relação aos gastos sociais também houve um razoável incremento, pois eles representavam em média, 11,4% do total dos gastos públicos durante o governo anterior ao pacto de *Punto Fijo* e, no período de 1958-1973, aumentou para 28,1% (Di Jonh, 2006).

O novo arranjo político institucionalizou na Venezuela uma forma de clientelismo em que os canais para a obtenção de vantagens passavam pelos partidos políticos, que controlavam os mecanismos de distribuição e alocação de recursos que estavam centralizados no Estado. Desta forma, o controle compartilhado do Estado, o comando das empresas estatais, contratos, empregos e ministérios, possibilitavam o funcionamento do sistema clientelista.

A distribuição dos recursos petrolíferos seguiu critérios fundamentalmente políticos e não econômicos, sendo a concessão dos benefícios definidas pelos partidos por meio de representantes que ocupavam cargos estratégicos dentro da burocracia partidária. A distribuição dos recursos petrolíferos era efetuada mediante critérios de lealdade política, e, em contrapartida, como financiamento de campanhas políticas por parte das empresas que foram beneficiadas pelos recursos públicos. O tráfico de influências consistiu na concessão de crédito barato, vantagens tarifárias nas importações de insumos e tecnologia, proteção tarifária, licenças de importação, controle de preços e empregos no setor público.

A industrialização do país e a diversificação da economia tornaram-se metas fundamentais para a manutenção do sistema político venezuelano, pois o crescimento populacional e a rápida urbanização do país tornaram imprescindível a criação de mais empregos, já que as características tecnológicas do setor petrolífero, não possibilitam a criação de empregos em grande quantidade. Em função dessa realidade, o governo venezuelano iniciou, em meados dos anos 60, o Processo de Substituição de Importações (PSI) na Venezuela.

O PSI venezuelano pode ser dividido em duas fases: a primeira no período de 1965-1973 e a segunda entre 1973 e o início da década de 80.

Na primeira fase, o governo concedeu um conjunto de incentivos ao setor privado: elevado protecionismo comercial por via de barreiras comerciais tarifárias, quotas de importações de determinados bens, incentivando o consumo de bens produzidos internamente em detrimento do consumo de bens importados, além de elevados subsídios, fundos públicos destinados às empresas, isenção de impostos e baixa tributação. Esses incentivos favoreceram os tradicionais conglomerados venezuelanos que, puderam, dessa forma, consolidar posições oligopolistas em seus respectivos mercados. Entretanto, não ocorreu a internalização de cadeias produtivas no país que, conseqüentemente, continuou tendo sua estrutura produtiva concentrada em atividades finais de montagem das cadeias de produção.

A segunda fase do PSI ocorreu sob a influência dos efeitos do choque do petróleo em 1973, sobre a economia venezuelana, tendo como principal consequência um forte aumento da renda petroleira recebida pelo Estado venezuelano. A grande elevação dos recursos econômicos foi também sancionada pela nacionalização da indústria petroleira com a criação da empresa, Petróleos de Venezuela S.A.(PDVSA), possibilitando ao Estado controlar toda a renda gerada pela exportação de petróleo.

A grande elevação da renda petroleira, aliada ao controle absoluto por parte do Estado de todos os recursos provenientes das exportações de petróleo após a nacionalização do setor, possibilitou ao governo utilizar esses recursos de forma a avançar no PSI, diversificar a economia, buscar a integração das cadeias produtivas e agregar valor à produção, incorporando os setores da indústria pesada e insumos pesados, intensivos em capital e de grandes economias de escala.

Carlos Andrés Perez, presidente da época, lançou o Quinto Plano Nacional e o Projeto *Gran Venezuela*, em que para atingir os objetivos relacionados ao avanço da industrialização do país, reservou ao Estado um novo papel na economia: não apenas incentivaria os investimentos privados, como também seria o principal responsável pelos investimentos nos setores privilegiados pelo plano³. Foram criadas empresas estatais nesses setores e também foram nacionalizadas as indústrias do petróleo, aço e cobre.

O excesso de renda- e problemas no gerenciamento dos projetos- levaram a situações de elevado volume de recursos desperdiçados, sobreinvestimentos e excesso de capacidade na

³ Os setores privilegiados foram os setores de química, petroquímica, energia, alumínio, aço, ferro, cobre e refinarias.

maior parte dos setores produtivos, muito além da sua capacidade de absorção, aliou-se a isso, ainda um mercado interno insuficiente (La cabana, 2005; Domingo et al., 1994; Mercher, 1995; Di Jonh, 2006).

A segunda fase do PSI e os resultados desse processo foram fortemente influenciados pela situação política do país, pois o sistema político começava a apresentar algumas fricções. A coalizão entre os dois partidos começou a apresentar algumas fissuras quando o Estado aumentou consideravelmente sua capacidade de gasto em função do elevado preço do petróleo, levando ao surgimento de tensões entre os grupos sociais e econômicos que buscavam ampliar o acesso ao Estado e obviamente ao grande estoque de recursos que controlava.

O sistema político começou a sofrer com o crescente antagonismo entre os dois partidos em função da disputa por mais recursos para as eleições, pois o maior volume de recursos controlados pelo Estado incentivou os partidos a buscarem obter um controle maior da administração, o que somente seria possível com maior acesso aos recursos de poder obtidos eleitoralmente.

O aumento das tensões políticas dentro da coalizão causadas pela emergência de diferentes interesses amplificou o caráter clientelista do pacto em que a distribuição dos recursos petrolíferos obedeceu, em primeiro lugar, a critérios políticos cujo principal objetivo era obter apoio eleitoral, ficando em segundo lugar qualquer outro relacionado à diversificação da produção e da inserção externa da economia venezuelana. O aumento da rivalidade interna na coalizão impossibilitou o Estado de adotar qualquer critério de seletividade ou cobrança de resultados por parte das empresas beneficiadas, aspectos fundamentais em uma política industrial, o resultado foi um grande desperdício de recursos, cuja distribuição obedeceu a critérios apenas políticos.

O choque do petróleo aprofundou a dependência da economia em relação ao petróleo, pois não se conseguiu efetivamente diversificar a estrutura produtiva do país, mantendo baixo o nível de produtividade do sistema econômico, a carga tributária concentrada no setor petrolífero, a renda ainda perversamente distribuída e o câmbio bastante sobrevalorizado, permanecendo o subsídio implícito às importações.

A estabilidade política com a qual a Venezuela convivia durante a vigência do pacto de *Punto Fijo*, foi possibilitada pela implantação de um sistema político caracterizado por pequena participação popular e também pela captura dos recursos de poder do Estado por

parte das elites venezuelanas que assim puderam submeter as políticas públicas aos seus interesses. Esse sistema funcionou perfeitamente sem grandes tensões sociais enquanto o preço do petróleo foi satisfatório, permitindo ao Estado distribuir benesses a maior parte da população, não de forma equitativa, mas possibilitando a todos que pudessem usufruir dos recursos petrolíferos⁴. Entretanto, a queda do preço do petróleo a partir do início da década de 80 e a crise da dívida levaram a economia interna a uma crise sem precedentes, não permitindo mais que o Estado pudesse manter os elevados gastos que sustentavam a manutenção daquele sistema político.

O colapso dos preços do petróleo em meados da década de 80⁵ causou à economia venezuelana uma crise sem precedentes, uma vez que seu crescimento dependia principalmente das exportações de petróleo e os recursos fiscais provenientes da atividade petrolífera determinam a capacidade do Estado de realizar uma série de gastos sociais fundamentais em um país com uma estrutura produtiva frágil e incapaz de criar os empregos necessários para gerar capacidade de consumo.

A situação econômica e social se tornava mais grave, em função das deficiências da estrutura produtiva- estreita e centrada na indústria petrolífera- sendo também incapaz de ofertar os bens de consumo duráveis e não duráveis de acordo com as necessidades de sua população. Dessa forma, as exportações também determinavam a capacidade do país em adequar a oferta agregada da economia à sua demanda, trazendo as divisas que viabilizam as importações.

No final da década de 80 e início da década de 90, foram adotados, nos governos de Carlos Andres Perez e Rafael Caldera- um conjunto de políticas de corte neoliberal que buscavam ajustar a economia do país- a situação de escassez de recursos, inflação alta e baixo crescimento econômico. Em linhas gerais, as principais medidas foram: corte de gastos sociais, corte de subsídios, elevação de tarifas e impostos, liberalização das taxas de juros, flexibilização do câmbio⁶, promoção da abertura comercial e as privatizações (Cano, 2003).

⁴ O Durante o pacto de Punto Fijo foram consolidados os pilares básicos do contrato social venezuelano: gasolina subsidiada, baixo nível de contribuição fiscal dos setores produtivos não ligados diretamente a produção petrolífera e da sociedade em geral sustentados exclusivamente pela renda petrolífera, além é claro, da manutenção da taxa de câmbio bastante valorizada que perdurou por décadas.

⁵ O colapso do preço do petróleo foi causado por fatores como: recessão na economia mundial, superprodução e guerra de preços entre os países produtores da OPEP. No ano de 1986, o preço do barril de petróleo caiu de US\$ 30,00 para US\$ 15,00.

⁶ No ano de 1989 a forte demanda de dólares, para importações, especulação e fuga de divisas obrigaram o governo a desvalorizar a moeda depois de décadas manutenção de uma taxa de câmbio sobrevalorizada. Essa medida rompeu com uma importante instituição econômica da Venezuela (La cabana, 2005)

Essas medidas tiveram como resultado uma grande deterioração das condições de vida da maior parte da população, gerando tensões sociais e políticas sem precedentes na Venezuela.

A dimensão dos problemas sociais do país no período, pode ser melhor compreendida pelos seguintes indicadores sócioeconômicos: a taxa de desemprego aberto, que em 1988 era de 6,9%, passou para 14,9% em 1999; os desocupados (rendimento abaixo do salário mínimo) representavam 33% da população; a taxa de informalização no trabalho que era de 38,4% em 1988, passou a ser de 48,7% em 1996; o salário médio urbano real entre 1988 e 1999 caiu 53% (Cano, 2003).

A incapacidade do sistema político venezuelano de enfrentar as consequências sociais da crise econômica convergiu em uma série de crises políticas: *caracazo*⁷, golpes militares, e *impeachment* do presidente Perez. Essas crises sinalizavam a disfuncionalidade daquele sistema político em um contexto de crise econômica e social, agravada pela escassez de recursos enfrentada pelo país em decorrência da forte queda do preço do petróleo.

3 O GOVERNO CHÁVEZ

A eleição de Hugo Chávez em 1998 significou definitivamente o fim do sistema político instituído em *Punto Fijo*, pois ele foi o líder da tentativa de golpe militar ao governo Perez em 1992, sem ligação nenhuma com o sistema político vigente e também seu maior crítico no período eleitoral. O grande objetivo do governo Chávez em seu início era acabar com o sistema político instituído no pacto de *Punto Fijo* e alijar do poder os grupos sociais que o sustentavam até aquele momento. A superação do modelo econômico rentista do país, também era tida como meta fundamental para o novo governo que dessa forma buscaria a elaboração e adoção de políticas de desenvolvimento econômico que propiciassem a diversificação da economia e diminuíssem a dependência do país em relação às exportações de petróleo.

Entretanto, o ambiente econômico e social bastante deteriorado, somado à fragilidade política do governo - pois o congresso venezuelano era amplamente dominado pela oposição - e a inexistência de uma base social consolidada que o sustentasse obrigaram-no a adotar uma estratégia de ação política e econômica bastante cuidadosa (Barros, 2007; Camejo, 2003).

⁷ O caracazo foi uma violenta explosão de revolta popular em reação ao aumento da gasolina determinado pelo governo e resultou em uma grande número de mortos.

A política econômica nos primeiros anos do governo Chávez teve como foco principal- buscar a estabilidade da economia- concentrando-se na adoção de medidas econômicas de curto prazo, e caráter conjuntural, pois o país enfrentava, naquele momento, grande instabilidade, caracterizada pela forte deterioração da situação fiscal, queda dos investimentos e gastos públicos, recessão, desemprego, instabilidade cambial e aumento da inflação.

A política econômica ortodoxa adotada conseguiu alcançar a estabilidade econômica no curto prazo, pois contou com a fundamental contribuição da recuperação do preço do petróleo, obtida principalmente pela rearticulação ocorrida entre os países componentes da OPEP -liderados por Chávez- que adotaram um corte na oferta, redundando na elevação do preço do petróleo. Dessa forma, o governo pôde adotar algumas medidas de estímulo à economia, como o aumento da liquidez monetária, a queda da taxa de juros e a criação do Fundo de Desenvolvimento Nacional (FONDEM).

A recuperação do preço do petróleo e o fortalecimento da economia venezuelana permitiram ao governo iniciar o processo de mudanças institucionais que consolidariam o controle do Estado por parte do novo governo.

A assembleia nacional constituinte foi peça fundamental dentro da estratégia chavista, pois seu grupo político considerava que somente a criação de uma nova base jurídica e institucional pavimentaria as transformações estruturais necessárias para o combate e solução dos problemas sociais, econômicos e políticos do país. A eleição da assembleia constituinte em 1999 também permitiu que o grupo chavista pudesse se consolidar no poder, pois o Congresso, dominado pela oposição, foi substituído por uma assembleia constituinte controlada pelos partidos que apoiavam o governo.

A nova constituição venezuelana sinalizava principalmente a tentativa de construção de um novo modelo socioeconômico sob novas bases, em que o Estado teria maior participação na economia, coordenando, articulando o desenvolvimento de novas atividades produtivas, protegendo e adotando políticas de incentivos à produção, criando políticas públicas que aumentassem a integração com o setor privado que também teria um papel extremamente relevante no desenvolvimento econômico do país. A nova constituição também contemplou mudanças no sentido de possibilitar maior participação política da população, criando mecanismos de participação direta do povo nas decisões tomadas pelos poderes, executivo e legislativo. Além disso, promoveu maior participação militar na vida política e

social do país e grande concentração do poder decisório no executivo em detrimento do legislativo.

A aprovação da nova Constituição por mais de 70% da população foi extremamente importante, não apenas por dotar o país de novas instituições e de uma base jurídica adequada às mudanças sociais e econômicas que seriam efetuadas pelo governo, como também por finalmente constituir a base social necessária para sustentar as reformas planejadas e o enfrentamento com os setores da sociedade ligados ao pacto de *PuntoFijo* (Barros, 2007; Alvarez, 2009).

Após a aprovação da constituição, o próximo objetivo do governo, foi retomar o controle da PDVSA, que, nos anos anteriores, havia sido completamente dominada pela burocracia que administrava a empresa com total autonomia em relação ao Estado venezuelano. Essa empresa, em função do controle que exercia sobre a principal fonte de renda do país, era obviamente fundamental para que o governo controlasse definitivamente os recursos de poder proporcionados pelo Estado venezuelano. Com esse objetivo, o governo aprovou no Congresso nacional a Lei de Hidrocarbonetos em novembro de 2001 (Barros, 2007; Lander e Navarrete, 2007).

A lei de hidrocarbonetos sofreu forte oposição da burocracia da empresa formada por quadros oriundos do sistema político anterior, que obtinham vantagens e privilégios advindos do seu controle. A campanha atingiu o ápice na tentativa de golpe contra o governo em abril de 2002, que contou com grande envolvimento de executivos da PDVSA. Posteriormente, o governo ainda enfrentou uma nova tentativa de golpe, desta vez materializada em uma greve patronal liderada pela PDVSA e com o apoio das empresas multinacionais do setor petrolífero e de grande parte do setor produtivo na Venezuela. A greve teve como consequência uma queda brutal da produção de petróleo e a paralisação da atividade produtiva. (Lander e Navarrete, 2007).

O governo reagiu demitindo quase metade dos funcionários. Após essa medida, a direção da estatal passou a exercer controle absoluto sobre a empresa e seus recursos, possibilitando a ampliação dos gastos sociais, por meio da criação de fundos que seriam compostos principalmente pelos excedentes de recursos da PDVSA, como foi o caso do Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do país (FONDESPA), que seria responsável pelo financiamento das missões sociais e o Banco de Desenvolvimento

Econômico e Social (BANDES), cuja função era realizar os pagamentos necessários para efetuar a execução de projetos de investimentos em infraestrutura, agricultura e educação.

Além do domínio completo dos recursos da PDVSA, o governo Chávez também passou a controlar as saídas de recursos cambiais e as reservas em dólar do Banco Central da Venezuela (BCV), que após aprovação de nova legislação, teria parte dos recursos utilizados em gastos sociais.

A vitória de Chávez no referendo articulado pela oposição ao governo, sobre a permanência ou não do presidente no poder, aliada à recuperação da economia, e ao incremento dos gastos sociais, consolidou a popularidade de Chávez entre a população pobre do país.

A nova conjuntura política e a elevação substancial do preço do petróleo deram ao governo as condições necessárias para que este iniciasse as mudanças em direção ao novo modelo socioeconômico definido por Chávez como “socialismo bolivariano do século XXI”. As mudanças mais relevantes ocorreram no sentido de promover uma nova organização social e política em detrimento das instituições políticas tradicionais, como a formação de assembleias populares e outras formas de organização popular, permitindo a interlocução direta com o governo. Em relação à gestão e organização da economia, Chávez promoveu estatizações de importantes setores produtivos e financeiros, formação de cooperativas e um espaço cada vez menor para as empresas privadas na estrutura econômica do país.

O governo Chávez estatizou empresas como a siderúrgica SIDOR, a empresa de telecomunicações *Compañia Anônima Nacional Teléfonos* de Venezuela (CANTV), a eletricidade de Caracas, além das indústrias de cimento, produção de leite, outras usinas siderúrgicas, aço e o Banco da Venezuela.

A estratégia econômica efetuada pelo governo Chávez a partir de 2006, aproveitando-se da forte elevação do preço do petróleo, baseou-se na formação de cooperativas e empresas públicas como a *Compañia Nacional de Indústria Básica* (CONIBA), responsável pelo controle de onze empresas de produção social. Foram criadas várias empresas de produção social nos setores têxtil, produção de papel, montagem de automóveis, produção de alimentos, entre outros.

No setor agroindustrial, o Estado criou, em 2005, a *Corporación Venezolana Agrária* (CVA), com função de gerenciar a produção, industrialização e comercialização dos principais produtos de origem agrícola. Além de também controlar a comercialização de insumos agrícolas e fertilizantes.

Dentro da nova estrutura do setor produtivo desenhada pelo governo, desempenha importante papel o Ministério da Economia Popular (MINEP), responsável principalmente pela criação e coordenação de novas políticas de desenvolvimento econômico que promovam as microempresas, cooperativas e outras estruturas produtivas que possam ser caracterizadas como empresas de produção social⁸ (Lander e Navarrete, 2007).

O novo modelo econômico adotado pelo governo Chávez também tem incentivado a adoção do sistema de cogestão, que consiste na administração compartilhada das empresas entre governo e trabalhadores. Tal modelo tem sido adotado em algumas empresas estatais e privadas expropriadas pelo governo.

A sustentação desse modelo tem sido efetuada a partir de grande elevação dos gastos correntes do governo, subsídios aos bens de consumo, crédito barato para a compra de casas e automóveis, importações de alimentos, que são distribuídos e vendidos de forma direta através dos mercados públicos controlados pelo governo (mercal), além de transferências diretas por meio das *Missiones*, em que o governo fornece à população serviços médicos e educativos.

È importante destacar que as mudanças na economia venezuelana romperam com as ideias iniciais do governo Chávez em relação à gestão e organização da economia no sentido de diversificar sua estrutura produtiva, diminuir a dependência da economia em relação à renda petroleira e aumentar a geração de empregos. Nos documentos iniciais publicados pelo governo e inclusive no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (PDESN), onde são apresentadas as estratégias e metas do governo para a economia do país no período 2001-2007, as ideias e estratégias de políticas de desenvolvimento socioeconômico delineadas são fortemente influenciadas pelos trabalhos acadêmicos de enfoque neoestruturalistas desenvolvidos na CEPAL na década de 90 (Camejo, 2003).

Em todos esses documentos, o governo Chávez, considerava fundamental a articulação entre Estado e mercado, o Estado deveria incentivar e, se necessário, participar diretamente das mudanças estruturais do setor produtivo, no sentido de agregar valor, maior conteúdo tecnológico, sendo o responsável por remover os obstáculos para que o setor privado consiga atingir estes objetivos.

⁸ As empresas de produção social são definidas como empresas dedicadas à produção de bens e serviços, e são geridas de forma igualitária por todos os trabalhadores independentemente da função que ocupam, além disso, os ganhos são distribuídos de forma igualitária.

Portanto, os programas econômicos expressaram a necessidade de se construir um novo modelo socioeconômico para o país, no qual o Estado controlaria os setores considerados estratégicos (petroleiro), utilizando as empresas estatais para fomentar a participação de empresas nacionais nestas cadeias produtivas. Além disso, incentivaria os investimentos produtivos privados promovendo incentivos creditícios (criação de bancos de investimentos públicos e fundos públicos), gastos em infraestrutura, etc. O setor privado teria papel central, pois os investimentos que possibilitariam a diversificação produtiva e o fortalecimento do setor produtivo não petroleiro seriam efetuados pelas empresas privadas.

O plano de desenvolvimento também enfatizava a importância de se efetuar um conjunto de incentivos que seriam concedidos pelo governo para a formação de cooperativas, micro e pequenas empresas, pois essas organizações propiciariam não apenas ganhos econômicos, como também sociais, devido à incorporação ao mercado de amplos setores marginalizados do país. O governo também buscava integrar tais empresas às cadeias produtivas controladas pelas grandes empresas.

Em relação aos objetivos a serem alcançados, tanto PDESN, como o novo Plano Socialista, destacam a necessidade em desenvolver uma estrutura produtiva diversificada e uma economia menos dependente das exportações de petróleo, ou seja, abandonar o caráter rentista daquela economia e as distorções geradas por essa situação. A diferença entre os dois planos, portanto, não está relacionada aos objetivos, mas, sim, aos meios de alcançá-los, e superar os problemas estruturais da economia venezuelana.

A execução do projeto socialista do governo Chávez, a partir de 2007, ocorreu no momento em que a popularidade do presidente havia atingido patamares elevadíssimos de aprovação popular ao seu governo, além domínio absoluto do congresso nacional, já que nas eleições anteriores a oposição havia se recusado a participar do processo eleitoral. O grande volume de recursos provenientes das exportações de petróleo a partir de 2004, consequência da grande elevação do preço do petróleo, possibilitou que o governo iniciasse as nacionalizações e desestatizações consideradas essenciais para a construção do socialismo do século XXI na Venezuela.

A introdução dessas mudanças também se insere no contexto de forte radicalização das posições e antagonismo entre o governo e os setores de oposição, em um grau de confrontação que impossibilita qualquer tipo de entendimento. Deve-se destacar que as empresas multinacionais instaladas na Venezuela e os principais grupos econômicos venezuelanos foram elementos ativos nas tentativas de golpe e desestabilização do governo

Chavez, o que obviamente não favoreceu o desenvolvimento de relações de confiança e cooperação entre o governo e o setor produtivo, necessários para a adoção de políticas de desenvolvimento.

Compondo essa lógica de confronto, a política econômica também tem dificultado a sobrevivência das empresas do setor privado, pois, em um contexto de inflação alta e aceleração de custos, a política de controles de preços acaba por inviabilizar as empresas privadas. Além disso, o controle de divisas por parte do governo também dificulta a atividade produtiva, já que, existe uma profunda dependência do setor produtivo em relação às importações de insumos na Venezuela.

4 RUPTURAS E CONTINUIDADES HISTÓRICAS

A despeito de toda a retórica ideológica impressa pelo governo Chávez nesse processo, as mudanças na economia fundamentalmente se concentram nas estatizações de empresas privadas e criação de empresas estatais em diversos setores produtivos. Essas medidas são, de certa forma, análogas às ações do Estado venezuelano- com a nacionalização do petróleo e a estatização das indústrias de insumos básicos- após o boom petrolífero na década de 70, quando o Estado também passou a controlar grande parte dos espaços e setores econômicos do país. Naquele momento, o governo Perez, aproveitou a forte elevação do preço do petróleo para estatizar e criar empresas estatais em vários setores da economia venezuelana, concedeu também incentivos a novos grupos econômicos leais ao seu governo em detrimento dos tradicionais grupos privados venezuelanos. Como já apresentado no presente artigo, a distribuição de recursos obedeceu fundamentalmente a critérios políticos e clientelistas, gerando um grande desperdício de recursos.

No governo Chávez, o grande volume de recursos petrolíferos também gerou algumas distorções em relação a sua distribuição, pois existem problemas na gestão das receitas, já que não foram criados mecanismos eficientes de administração e controle dos recursos destinados à execução de uma grande quantidade de projetos estatais, sejam eles sociais, ou ligados a atividades produtivas, além da ausência de sistemas de avaliação dos resultados dos investimentos efetuados com recursos públicos. Segundo Maya (2006), tais problemas são resultado da desinstitucionalização das ações do Estado, como no caso das missões sociais, que foram medidas emergenciais, paliativas, mas que se tornaram permanentes e ganharam

grande importância, recebendo um grande fluxo de recursos públicos sem controle e fiscalização, facilitando a ocorrência de corrupção e má utilização dos recursos fiscais. Nesse sentido, também se deve destacar o caráter errático e improvisado da gestão pública e da administração dos recursos no governo Chávez (Búfalo, 2006; Blank, 2010).

A ausência de controles e de mecanismos de fiscalização têm favorecido o surgimento, dentro do chavismo, de grupos que têm sido favorecidos na alocação desses recursos, denominados como boliburguesia, e que têm amealhado grande parte da renda destinada aos projetos sociais e econômicos do governo Chávez (Alvarez, 2009). Essa nova elite econômica é beneficiária do forte crescimento da economia venezuelana nos últimos anos: empresários que passaram a controlar bancos contando com financiamento público, proprietários de empresas importadoras de alimentos que são fornecedores dos mercados públicos (mercais) e que se beneficiam de relações com altos funcionários da administração e de empresas estatais com destaque para a PDVSA. Esses empresários são favorecidos, direta e indiretamente, pelas medidas econômicas adotadas pelo governo, como no caso dos bancos que se beneficiam da política de controle cambial adotada pelo governo, que favoreceu a formação de um lucrativo mercado negro de dólares. O novo modelo baseado na formação e na criação de cooperativas, também tem permitido o enriquecimento de alguns empresários que criam empreendimentos muitas vezes com o objetivo de se beneficiar do apoio financeiro do Estado, por meio de incentivos públicos e isenções fiscais e contam com o apoio de aliados locais do governo. Portanto, a excessiva intervenção do Estado na economia tem contribuído para que alguns grupos sejam favorecidos na distribuição de recursos em virtude de suas ligações políticas com o governo, principalmente após a elevação do preço do petróleo (Alvarez, 2009).

Dessa forma, o chamado socialismo bolivariano do século XXI, em linhas gerais, mantém o padrão de crescimento da economia e a dependência socioeconômica do país em relação às exportações de petróleo, portanto, as raízes rentistas da economia venezuelanas continuam presentes no governo Chávez. Nos últimos anos, o aumento do consumo, incentivado pelos elevados gastos públicos tem se materializado em um volume cada vez maior de importações: entre os anos de 2005 e 2008 as importações tiveram um aumento de 182%; no ano de 2008, 61,6% do consumo interno eram satisfeitos por importações e no mesmo ano elas alcançaram o montante de 47,3% do PIB; no ano de 2008, 93% das exportações venezuelanas eram de petróleo e esses indicadores continuam nesses patamares nos últimos anos (Lopes, 2011). Além do fato de que o controle da economia por parte do

Estado, também esteve presente, talvez em menor grau, no governo Perez após o primeiro choque do petróleo.

Portanto, no governo Chávez se mantém a trajetória histórica do crescimento econômico da Venezuela, baseado na dependência da renda petroleira e no desenvolvimento de um aparato institucional voltado basicamente para a obtenção desta renda e para a distribuição desses recursos em direção a alguns grupos econômicos específicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Venezuela o fluxo de renda constante que inundou o país, a partir da consolidação da exploração do petróleo como principal atividade produtiva, moldou suas principais características sociais, políticas e econômicas, criando uma forte inércia socioeconômica e política não permitindo a construção de instituições capazes de orientar o seu processo de desenvolvimento em direção a uma estrutura econômica diversificada e incluyente.

No caso venezuelano, ao longo da história do país, os sistemas de incentivos desenvolvidos sempre passaram pela necessidade de se estabelecerem boas relações com quem controlava o Estado e os recursos petroleiros, de modo a capturar a renda petroleira, não importando as consequências dos projetos para a economia do país.

As normas e práticas vigentes incentivavam essa forma de ação por parte do setor produtivo não petroleiro, e as disponibilidades de recursos de forma fácil sancionavam essas relações e impossibilitavam qualquer iniciativa de efetuar políticas de desenvolvimento que privilegiassem principalmente critérios econômicos. O crescimento da economia, a manutenção do fluxo de renda e os ganhos sociais, reforçavam e, fundamentalmente, favoreciam os principais grupos econômicos e sociais, possibilitando a manutenção do controle do Estado, reforçando a manutenção dos arranjos institucionais relacionados à alocação dos recursos petroleiros no país.

A sociedade, de forma geral, incorporou essas características presentes na economia, pois durante todo o período também se favoreceu com os elevados gastos públicos, com subsídios na compra de uma série de bens de consumo, com pequena contribuição tributária- além do câmbio sobrevalorizado- que possibilitou um elevado consumo de bens importados ao longo dos anos. Dessa forma, o comportamento rentista, foi incorporado, legitimando socialmente o modelo econômico rentista venezuelano.

Uma abordagem que leve em conta os aspectos institucionais do rentismo venezuelano contribui para o entendimento dos entraves apresentados ao desenvolvimento efetivo da economia venezuelana, principalmente em relação aos objetivos relacionados à superação desse modelo, pois a existência de uma grande quantidade de renda disponível, praticamente independentemente da capacidade produtiva do país, foi fundamental para a formação e consolidação de interesses e alianças políticas que utilizaram o poder político para criar arranjos institucionais comprometidos com a captura da renda petroleira. A existência de instituições que não favoreçam o desenvolvimento das forças produtivas de um país tem como consequência a consolidação de uma estrutura produtiva frágil e dependente das importações.

O caminho seguido pelo governo Chávez foi aproveitar a elevação do preço do petróleo e reproduzir as políticas econômicas adotadas no país em situações de elevação no preço do mineral. As próprias mudanças implantadas pelo governo no setor produtivo em direção ao socialismo do século XXI, apenas têm reafirmado o caráter rentista da economia do país. As cooperativas e as empresas de produção social dependem fundamentalmente dos recursos distribuídos pelo Estado, por meio de incentivos creditícios e subsídios, pois, além dos problemas de escala de produção que são baixos em função do alcance regional dessas empresas, existem problemas de ineficiência em consequência dos critérios usados para a distribuição desses recursos por parte do governo.

Segundo Búfalo (2006) durante o governo Chávez ocorreu, na verdade, uma mudança substancial na gerência do modelo, ou melhor, uma troca no grupo político e dos atores que passaram a comandar o Estado. Segundo este autor, fundamentalmente ocorreu a substituição do velho clientelismo, em que foram beneficiados os tradicionais grupos econômicos venezuelanos, por um novo sistema clientelista em favor da nova classe dirigente e dos setores sociais ligados aos novos dirigentes.

Segundo Aguilar (2007), Chávez resgatou os aspectos sociais, econômicos e ideológicos que determinaram a singularidade da Venezuela no século XX: intervencionismo do Estado na economia e o uso da renda petroleira como forma para reconstruir as bases de uma economia estatal e popular.

A despeito da retórica radicalmente reformadora, o governo de Hugo Chávez não conseguiu romper com o legado institucional que, durante a maior parte do século passado, impossibilitou a criação de um sistema adequado de incentivos e restrições que contribuísse para o desenvolvimento das atividades produtivas, permitindo assim a sobrevivência de

antigas e novas formas de rentismo, à medida que prosseguiu incentivando a adoção de estratégias e ações no sentido de capturar parte da renda petroleira.

A forte polarização política, aliada ao caráter rentista da economia e ao enraizamento social de um comportamento rentista da própria sociedade venezuelana, compõe um quadro que reforça a resistência e, principalmente, a imobilidade (inflexibilidade) do arranjo institucional existente no país. Portanto, apesar de todas as importantes mudanças sócias, econômicas e políticas pelas quais passou a Venezuela, as mudanças institucionais ocorreram no sentido de aperfeiçoar as instituições rentistas que historicamente têm bloqueado o desenvolvimento sócioeconômico do país. As mudanças ocorridas na Venezuela podem ser caracterizadas como *path dependence*⁹.

Como em outros momentos da história venezuelana o governo Chávez, repete os erros de outros, pois ainda persiste a falta de vontade política para a efetivação de alianças que sustentem o desenvolvimento econômico do país: de um lado um Estado forte e financeiramente independente do comportamento do setor produtivo venezuelano, câmbio sobrevalorizado, e grande capacidade de importar, e do outro lado um setor produtivo que foi incapaz de agir de forma pragmática e articular com o governo, políticas de incentivos a produção.

A Venezuela dessa forma ainda mantém sua economia envolta com os mesmos problemas do século passado, sendo eles sua estrutura produtiva frágil, forte dependência das importações de bens de consumo de todo o tipo, câmbio valorizado e excessiva dependência dos gastos públicos e em consequência da renda petroleira.

Os problemas econômicos que o país enfrenta são resultado de um sistema político que historicamente foi pouco pluralista, pois, durante quase toda a primeira metade do século passado, o poder político ficou concentrado nas mãos de governos ditatoriais que sustentavam seu poder distribuindo os recursos petroleiros entre elites econômicas e políticas aliadas. No período do pacto de *Punto Fijo* em que o poder político foi exercido pelos partidos políticos AD e COPEI, foi consolidada uma verdadeira, partidocracia, em que os recursos foram distribuídos em benefício principalmente da elite venezuelana, com algumas concessões

⁹ “Em uma relação *path dependence* as decisões tomadas em determinado momento dependem das circunstâncias ocorridas anteriormente” (Acemoglu e Robinson, p 27, 2012). Pois, as mudanças institucionais ocorrem a partir de um arranjo institucional existente que também pode gerar retornos crescentes em um ambiente político- complexo e instável – por natureza, o que explica a rigidez de determinados arranjos institucionais. O importante é que disposto um certo caminho de desenvolvimento “... a rede de externalidades, o processo de aprendizagem das organizações e a modelagem subjetiva das questões, historicamente derivada reforça o curso” (North, 1995:99).

assistencialistas à maioria da população que com isso foi mantida alijada das principais decisões estratégicas relacionadas ao país. O governo Chávez, apesar dos elevados gastos sociais, e do perfil popular, aumentou o poder do executivo em detrimento dos outros poderes constitucionais, criando uma estrutura de comando em que o poder político é exercido unicamente por ele e por um pequeno grupo de aliados.

Portanto, o sistema político venezuelano tem sido incapaz de possibilitar a conformação de instituições econômicas adequadas que possibilitassem desenvolvimento socioeconômico do país.

Recebido em jan/2013;

Aprovado em mar/2013

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James **Por que as nações fracassam. As origens do poder, da prosperidade e da pobreza.** Elsevier, Rio de Janeiro, 2012.

ALVAREZ, Angel E. **Venezuela 2007: Los motores del socialismo se alimentan con petróleo.** Revista de economia política, volume especial. Caracas: Universidade Central de Venezuela, 2008. p. 265-289.

ALVAREZ, Mauricio A. **El proyecto político Bolivariano de Venezuela: génesis y trayectoria (1982-2008).** Tese de doutorado (Ciências Sociais). Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso). México, 2009. Disponível em: <<http://www.flacsoandes.org/dspace/bitstream/10469/1771/3/01>>. Acesso em: 10 Maio 2010.

ALVAREZ, Rozangel. **La Fuerza Armada de Venezuela: De actor social a actor político?** Las Vegas: Lasa papers, 2004. Disponível em: < http://lasa.international.pitt.edu/LASA2004/AlvarezRosangel_xCD.pdf.> Acesso em: 20 Ago. 2010.

ARENAS, Nelly. **La Venezuela de Hugo Chavez: rentismo, populismo y democracia.** Revista Nueva sociedad, n 229, set-out, 2010, pgs 76-93, Caracas.

ARENAS, Nelly. **El populismo de Hugo Chávez: revertiendo la democracia venezolana (2004-2007).** Araucária, 2009. Disponível em: <http://centro.us.es/araucaria/nro22/monogr22_4.pdf.> Acesso em: 21 Nov. 2010.

ASTORGA, Pablo. **A economia venezuelana no século XX.** Revista de História Econômica, 2003.

BARROS, Pedro S. **Governo Chávez e desenvolvimento econômico: a política econômica em processo.** Dissertação de mestrado (Economia política). Pontífica Universidade católica de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <[HTTP://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2007-06-21-T10:47:57Z-3594/Publico/PEDRO%20SILVA%20BARROS.pdf](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2007-06-21-T10:47:57Z-3594/Publico/PEDRO%20SILVA%20BARROS.pdf)> Acesso em: 20 Jan. 2009.

BUFALO, Enzo, D. **Impactos e tendencias de los cambios. Segunda parte. I: Los gobiernos progresistas en debate.** Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay. Pgs68-75 Disponível em: <bibliotecavirtualClacso.org/ar/libros/ediciones/elias/segundaparte.pdf> Acesso em: 10 Nov. 2010.

CAMEJO, Yarayama. Estado y mercado em El proyecto Nacional- popular Bolivariano. SALAZAR, Romero Alexis; PEREZ, Robinson Salazar; FORERO, Eduardo Andrés Sandoval (Orgs). Venezuela: Horizonte democrático en el siglo XXI. 2003. Disponível em: < www.Librosenred.com.> Acesso em: 20 Ago. 2000.

EVANS, Peter. **El Estado como problema y como solución. Desarrollo Económico**, v35, n.140, enero-marzo, p. 529-562.

FLORES, Fidel P. **A Venezuela depois do referendo: avanços e recuos do projeto socialista de Hugo Chávez.** Observador on-line, v.3,n.7, julho de 2008. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/41_observador_topico_Observador_v_3_n_7.pdf> Acesso em: 16 Set. 2010.

FURTADO, Celso. **O desenvolvimento recente da economia venezuelana.** In: FURTADO, Celso. Ensaios sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com abundância de divisas, Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2008. p. 35-118.

FURTADO, Celso. **Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais.** In: FURTADO, Celso. Ensaios sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com abundância de divisas, Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2008. p. 119-135.

GRANADILLO, Andrés S. **1999-2009 La economía en diez años de gobierno revolucionário.** Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, vol 14, n3, Setembro-dezembro de 2008, pgs 83-119, Caracas.

GUERRA, José A. **Caracterización de la política econômica em el modelo Estado-gobierno venezolano.** Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales. Fevereiro de 2009. Disponível em: <www.ildis.gov.ve> Acesso em: 21 Jul. 2010.

GUERRA, José A. **El confuso socialismo do século XXI.** Disponível em: <www.analitica.com/media/5632705.pdf> Acesso em 25 Nov. 2010.

HELLNER, Steve. **La primera década del gobierno de Hugo Chávez. Logros y desaciertos.** Cuadernos del Cendes, Caracas, n 74, maio-ago, 2010. 27-50 p.

HELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel. **La política venezolana en la época de Chavez: clases, polarización y conflicto.** Caracas. Nueva Sociedad, 2003.

LACABANA, Miguel. **Petróleo y hegemonía en Venezuela: La construcción de un proyecto nacional democrático-popular en El siglo XXI.** In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Henrique (Comp) Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendências globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

LANDER, Edgardo e NAVARRETE. **La política económica de la izquierda latinoamericana em el gobierno.** Disponível em: <www.tni.org.> Acesso em: 21 Ago. 2009.

Líneas Generales Del Plano de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007. Disponível em: <www.mpd.gob.ve/pdeysn/plan.> Acesso em: 10 Out. 2009.

LOPES, Ademil, L. **O Governo Chávez e o Ensaio de Superação do Rentismo Venezuelano: Do Nacionalismo Bolivariano ao Socialismo do Século XXI.** Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Araraquara, 2011.

MAYA, Margarita, L. **La construcción de contrahegemonía: notas sobre la concepción del desarrollo económico em el proyecto bolivariano.** Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, vol 12, n 2. Universidade Central de Venezuela, Caracas, 2006. pgs 157-163.

MAYA, Margarita, L. **Impactos e tendências de los cambios. Segunda parte. I: Los gobiernos progressistas em debate.** Argentina, Brasil, Chile, Venezuela e Uruguay. Pgs63-68. Disponível em: <bibliotecavirtual.Clacso.org/ar/libros/ediciones/elias/segunda parte.pdf.> Acesso em: 10 Nov. 2010.

MAYA, Margarita; LANDER, Luis S. **El socialismo rentista de Venezuela ante la caída de los precios petroleros internacionales.** Cuadernos del Cendes, n 71, maio-ago, 2009.pgs 67-87, Caracas.

MELCHER Dorothea. **La industrialización de Venezuela.** Revista de Economía, N.10, Caracas, 1995. p 47-72,.

NORTH, Douglass. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico. Fondo de Cultura Económica.** Mexico, D.F. 1993.

NORTH, Douglass. **The new institutional economics and third World Development. In: The new institutional Economics and third World Development. Routledge, NY, 1995. pgs 17-27.**

PIERSON, Paul. **Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics.**The American Political Science Review, v. 94, n. 2, 2000, 251-267 p.

Proyecto Nacional Simon Bolívar. Primer Plan Socialista (PPS). Desarrollo económico y social de La Nación 2007-2013. Disponível em: <www.oncti.gob.ve/pdf/PROYECTO-NACIONAL-SIMON-BOLIVAR.> Acesso em: 10 Dez. 2009.

RODRIGUES, Francisco; GOMOLIN, Adam J. **Anarchy, State, and Dystopia: Venezuela Economic Institutions before the advent of oil.** *WeslyanEconomics Working Papers*. n.18, maio de 2006. Disponível em: <www.Weslyan.edu/econ.> Acesso em: 10 Abr. 2010.

VERA, Leonardo. **Cambio estructural, desindustrialización y perdidas de productividad: evidencia para Venezuela.** *Cuadernos del Cendes*, n 17, Caracas, maio-ago, 2009. pgs 89-115,

VILLA, Rafael Duarte. **Venezuela: Mudanças políticas na era Chávez.** *Estudos Avançados*, vol. 19, n. 55, São Paulo, pgs 153-172.